



MARINHA DO BRASIL
BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR

TERMO DE CONTRATO
Processo Administrativo nº 63386.001281/2026-06

CONTRATO DE RECEITA, A TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO e o BANCO DO BRASIL S/A.

A UNIÃO, por intermédio do COMANDO DA MARINHA, este representado pela BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR, com sede na Estrada do Quilombo, S/Nº, Bananal, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 21911-016, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0386-21, neste ato representado pelo Sr. Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO, nomeado pela Portaria nº 207/MB/MD, de 10 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 11 de setembro de 2024, portador do Número Interno de Pessoal 87.3019.11, doravante denominado CEDENTE, e o BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, com sede no Setor de Autarquias Norte (SAUN), Quadra 5, Lote B, Torre Sul, Edifício BB, 15º andar, em Brasília, Distrito Federal, doravante designado CESSIONÁRIA, neste ato representado(a) por VICTOR ARANHA COPPOLA, conforme procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 63386.001281/2026-06 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Cessão de Uso a título oneroso da área útil de 232 m², localizada em edificação situada em imóvel de propriedade da União, sob responsabilidade da Marinha do Brasil, tomo nº 19.139-0, na área interna do Complexo Naval da Ilha do Governador – CNIG, situado na Estrada do Quilombo, S/Nº, Bananal, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, destinada à instalação e ao funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário do Banco do Brasil S.A.

1.2. A UNIÃO é legítima possuidora do imóvel acima descrito, conforme Termo de Entrega de Próprio Nacional, lavrado em 21 de maio de 1947, constante do Livro nº 03, fls. 53v a 56v, da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União (Processo nº 192.133/46).

1.3. A indicada cessão de uso é destinada à instalação e ao funcionamento de um posto de atendimento bancário, nos termos do art. 12, inciso I, do Decreto nº 3.725/2001, voltado ao atendimento do público interno do Complexo Naval da Ilha do Governador, composto por militares e servidores civis, bem como ao suporte das rotinas administrativas e financeiras das Organizações Militares ali sediadas.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. o Termo de Referência;



- 1.4.2. a Nota Técnica que fundamenta a inexigibilidade de licitação;
- 1.4.3. os documentos que instruem o processo administrativo de contratação direta, especialmente a justificativa de preço e a documentação de habilitação da CESSIONÁRIA;
- 1.4.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. A presente cessão de uso onerosa será regida pelas condições abaixo estabelecidas, sem prejuízo das disposições constantes do Termo de Referência e da legislação aplicável.
 - 2.1.1. Observância das normas aplicáveis ao funcionamento da atividade e das normas de utilização do imóvel estabelecidas pela Administração;
 - 2.1.2. funcionamento em horário compatível com as atividades administrativas da Organização Militar;
 - 2.1.3. A atividade exercida pela CESSIONÁRIA não poderá prejudicar a atividade-fim nem ou o funcionamento institucional do CEDENTE;
 - 2.1.4. Realização de obras ou adequações no espaço somente mediante autorização prévia do CEDENTE;
 - 2.1.5. Possibilidade de extinção da cessão nos casos previstos na legislação e neste contrato, mediante motivação e observância do devido processo administrativo;
 - 2.1.6. Responsabilidade da CESSIONÁRIA pelo pagamento das despesas decorrentes da utilização do espaço, nos termos definidos neste contrato;
 - 2.1.7. Sujeição a fiscalização pela Administração, quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;
 - 2.1.8. Vedação à cessão, sublocação ou utilização do imóvel para finalidade diversa da prevista neste contrato, sem autorização da Administração;
 - 2.1.9. Reversão do imóvel à Administração ao término da vigência contratual, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial; e
 - 2.1.10. Restituição do imóvel em condições adequadas de conservação, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência da cessão de uso onerosa será de até 120 (cento e vinte) meses, com início em 24 de maio de 2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, observado o limite legal disposto nos arts. 110 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. A prorrogação da vigência contratual dependerá da demonstração de que a cessão permanece vantajosa para a Administração, mediante avaliação da autoridade competente, bem como da manifestação da CESSIONÁRIA e da manutenção das condições de habilitação exigidas.
- 3.3. A CESSIONÁRIA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.4. A prorrogação de contrato deverá ser formalizada mediante celebração de termo aditivo.
- 3.5. O contrato não poderá ser prorrogado caso a CESSIONÁRIA tenha sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as respectivas abrangências.



CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. A execução do objeto observará as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, especialmente quanto à utilização do espaço público, à instalação e funcionamento do Posto de Atendimento Bancário e ao cumprimento das normas internas da Organização Militar.

4.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo-lhes acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais e adotar as providências necessárias ao seu regular cumprimento.

4.3. A execução contratual deverá observar, ainda, as disposições constantes do Termo de Referência quanto às condições de funcionamento, responsabilidades da CESSIONÁRIA e demais requisitos operacionais.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. É vedada a cessão, transferência ou delegação, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros, sem prejuízo da utilização de serviços auxiliares necessários ao funcionamento regular da atividade bancária, sob exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. Pela cessão de uso onerosa do espaço público, a CESSIONÁRIA pagará à Administração o valor mensal de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), correspondente ao valor anual de R\$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), exclusivamente a título de retribuição pela utilização do imóvel.

6.2. Em virtude das peculiaridades do Complexo Naval da Ilha do Governador, não há possibilidade de instalação de relógios de medição individualizada para aferir as despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água e sistema de esgoto. Sendo assim, além do valor previsto na cláusula anterior, caberá à CESSIONÁRIA o pagamento mensal das despesas citadas anteriormente, cujos valores serão apurados mediante a multiplicação do valor unitário do Kw/H e do M³ cobados pelas Concessionárias da Região, multiplicados pelos consumos estimados, que serão apurados mediante as seguintes metodologias:

6.2.1 Para o Consumo de energia elétrica, a Administração baseará a média de consumo compatível com a utilizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, utilizando a seguinte fórmula:

$$E = \sum (P_i \times h_i \times d) / 1000, \text{ onde}$$

6.2.1.1 P_i = potência de cada equipamento;

6.2.1.2 h_i = horas de uso;

6.2.1.3 d = número de dias.

6.2.2 Para o consumo de água e sistema de esgoto, a Administração basear-se-á nos indicadores médios de consumo estabelecidos pelo Sistema Nacional de Informações para Saneamento, seguindo assim a seguinte tabela:



Situação	Consumo presumido
1 funcionário sem atendimento intenso	1,5 a 2 m³/mês
Pequeno atendimento ao público	2 a 4 m³/mês
Agência maior com copa e sanitários frequentes	5 m³/mês ou mais

6.3. Os valores das Despesas citadas no item anterior serão calculadas pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato e, após apurados, serão somados ao valor do aluguel da área cedida.

6.4. Destaca-se que a metodologia acima citada poderá ser alterada conforme mudança de metodologia usada pela Agência Nacional de Energia Elétrica e Sistema Nacional de Informações para Saneamento ou em caso de possibilidade futura de instalação de relógios individualizados na área cedida.

6.5. O valor da remuneração compreende exclusivamente a contraprestação pelo uso da área pública, não abrangendo despesas operacionais, encargos de consumo ou outros custos acessórios, que serão de responsabilidade exclusiva da CESSIONÁRIA, nos termos deste contrato.

6.6. O pagamento da remuneração deverá ser efetuado mensalmente, mediante recolhimento por Guia de Recolhimento da União (GRU), até o prazo definido neste contrato.

6.7. O atraso no pagamento da remuneração sujeitará a CESSIONÁRIA à incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. A CESSIONÁRIA se obriga a efetuar o pagamento mensal da remuneração devida pela cessão de uso até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de referência, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), em favor do Fundo Naval, conforme orientações da Administração.

7.2. O pagamento referente ao último mês de vigência contratual deverá ser efetuado até o último dia de vigência do contrato.



7.3. Além da remuneração pela cessão de uso, caberá à CESSIONÁRIA o pagamento das despesas acessórias decorrentes da utilização do imóvel, incluindo, quando aplicável, o recolhimento de lixo extraordinário, bem como outros encargos de consumo e manutenção, conforme critérios estabelecidos pela Administração.

7.4. O atraso no pagamento sujeitará a CESSIONÁRIA à incidência das penalidades previstas neste contrato, sem prejuízo da aplicação de multa e juros na forma estabelecida na cláusula de preço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

8.1. Caberá à Administração providenciar, quando tecnicamente viável, a instalação de medidores individualizados de consumo de energia elétrica e água, a fim de possibilitar que a CESSIONÁRIA arque diretamente com as despesas correspondentes.

8.2. Enquanto não houver medidores individualizados de consumo, as despesas com energia elétrica e água serão estimadas por profissional ou setor designado pela Administração, considerando parâmetros técnicos de consumo, área ocupada, equipamentos instalados e rotina operacional da CESSIONÁRIA.

8.3. A CESSIONÁRIA será responsável pelo pagamento das despesas relacionadas à coleta de lixo extraordinário, apuradas com base nas quantidades efetivamente recolhidas e nos valores praticados pela empresa responsável pelo serviço, conforme controle realizado pela Administração.

8.4. Os valores devidos a título de encargos previstos nesta cláusula deverão ser recolhidos mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), nos prazos estabelecidos pela Administração.

8.5. O atraso no pagamento das despesas previstas nesta cláusula sujeitará a CESSIONÁRIA à aplicação das penalidades contratuais cabíveis, inclusive multa e juros, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA NONA - REAJUSTE

9.1. O valor da remuneração pela cessão de uso será reajustado anualmente, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

9.2. O reajuste será contado a partir da data-base da avaliação patrimonial que fundamentou a fixação do valor inicial da cessão.

9.3. O reajuste será formalizado por apostilamento, independentemente de celebração de termo aditivo.

9.4. A CESSIONÁRIA deverá zelar pela justiça econômica na prestação dos serviços, abstendo-se de elevar sem justa causa os preços de serviços bancários ou cobrar taxas fora dos padrões médios de mercado, conforme preceitua o art. 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. São obrigações da Administração, além daquelas previstas no Termo de Referência:

10.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. informar mensalmente à CESSIONÁRIA o valor do rateio das despesas de manutenção e conservação do prédio, quando aplicável;

10.1.3. ceder a área do imóvel à CESSIONÁRIA para a finalidade prevista neste contrato;



10.1.4. permitir o acesso dos empregados da CESSIONÁRIA às suas dependências, observadas as normas internas de segurança;

10.1.5. indicar à CESSIONÁRIA as áreas de acesso permitido e as áreas restritas;

10.1.6. determinar, quando necessário, a realização de reparos na área cedida, fixando prazo para seu cumprimento, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.1.7. realizar vistoria prévia à ocupação do imóvel pela CESSIONÁRIA, por meio do setor competente, registrando o estado de conservação das instalações e benfeitorias existentes;

10.1.8. realizar vistoria, previamente ao término da vigência contratual, para verificação das condições de restituição do imóvel;

10.1.9. aplicar à CESSIONÁRIA as sanções previstas na legislação e neste contrato;

10.1.10. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da CESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

11.1. A CESSIONÁRIA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da utilização da área cedida, observando, ainda, as seguintes obrigações:

11.1.1. utilizar a área cedida exclusivamente para a finalidade prevista neste contrato;

11.1.2. pagar regularmente a remuneração mensal pela cessão de uso, bem como os encargos acessórios decorrentes da utilização do imóvel;

11.1.3. instalar e manter em funcionamento, no mínimo, 02 (dois) caixas eletrônicos nos locais definidos pela Administração;

11.1.4. obter licenças, alvarás e autorizações necessárias ao funcionamento de suas atividades;

11.1.5. cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, eximindo a Administração de quaisquer responsabilidades;

11.1.6. manter, durante toda a vigência do contrato, as condições necessárias à regular execução da atividade;

11.1.7. cumprir as normas internas da Administração Militar, especialmente quanto à segurança, acesso e circulação nas dependências do Complexo Naval;

11.1.8. não utilizar o nome da Administração para aquisição de bens ou contratação de serviços;

11.1.9. não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a presente cessão de uso;

11.1.10. contratar e manter seguro contra incêndio da área cedida, apresentando a respectiva apólice à fiscalização;



- 11.1.11. responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação;
- 11.1.12. atender às determinações da fiscalização e prestar as informações solicitadas;
- 11.1.13. comunicar à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante no local;
- 11.1.14. manter preposto para interlocução com a Administração durante a execução do contrato;
- 11.1.15. Cumprir fielmente o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declarando, sob as penas da lei, que não utiliza mão de obra de menores em condições proibidas pela legislação vigente, em conformidade com o art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;
- 11.1.16. guardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução contratual;
- 11.1.17. zelar pela conservação do imóvel e restituí-lo, ao término da cessão, em adequado estado de conservação, ressalvado o desgaste natural pelo uso regular;
- 11.1.18. não realizar benfeitorias ou modificações no imóvel sem prévia autorização da Administração, não assistindo à CESSIONÁRIA direito à indenização ou retenção pelas benfeitorias realizadas, salvo disposição expressa em contrário;
- 11.1.19. não utilizar o imóvel para finalidade diversa da prevista neste contrato, sob pena de rescisão contratual;
- 11.1.20. responsabilizar-se pela segurança interna de suas instalações, equipamentos e valores, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por perdas, furtos ou danos;
- 11.1.21. desocupar o imóvel ao término da vigência contratual, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no estado em que o recebeu, ressalvado o desgaste natural.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS BENFEITORIAS

- 12.1. As benfeitorias existentes deverão ser utilizadas conforme a finalidade prevista neste contrato, cabendo à CESSIONÁRIA zelar por sua conservação e manutenção, devendo o imóvel ser restituído à Administração, ao término da cessão, em adequado estado de uso, conforme verificado em Termo de Vistoria.
- 12.2. As benfeitorias e modificações realizadas pela CESSIONÁRIA dependerão de prévia autorização da Administração.
- 12.3. As benfeitorias úteis ou necessárias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA, ainda que autorizadas, incorporar-se-ão ao patrimônio da União, não gerando direito à indenização ou retenção, salvo disposição expressa em contrário formalizada pela Administração.
- 12.4. A CESSIONÁRIA deverá apresentar à Administração a documentação técnica referente às benfeitorias realizadas, para fins de controle e registro patrimonial.
- 12.5. Ao término da vigência contratual, será realizada vistoria do imóvel, podendo a Administração exigir a reparação de danos ou a recomposição das condições originais, às expensas da CESSIONÁRIA, quando constatadas alterações não autorizadas ou uso inadequado do espaço.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. O tratamento de dados pessoais eventualmente realizado no âmbito da execução contratual observará a legislação aplicável, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

13.2. Compete à CESSIONÁRIA, na qualidade de instituição financeira, atuar como controladora dos dados pessoais tratados no âmbito de suas operações, sendo responsável pelo tratamento, proteção e segurança dessas informações, nos termos da regulamentação do sistema financeiro nacional.

13.3. A Administração não realizará tratamento de dados pessoais no âmbito das operações bancárias conduzidas pela CESSIONÁRIA, não lhe sendo atribuída qualquer responsabilidade pelas atividades de tratamento de dados realizadas pela instituição financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não será exigida garantia para a presente contratação, conforme previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CESSIONÁRIA estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial nos artigos 155 a 163, bem como àquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este contrato, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

16.1. Em caso de risco iminente ao interesse público, à segurança das instalações ou ao regular funcionamento das atividades administrativas, a Administração poderá, de forma motivada, adotar medidas acautelatórias, inclusive a suspensão imediata das atividades, independentemente de prévia manifestação da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto ao término do prazo de vigência nele estipulado.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. Aplicam-se à extinção contratual, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. A alteração da estrutura societária da CESSIONÁRIA não ensejará a extinção do contrato, desde que não comprometa sua capacidade de execução, devendo, quando necessário, ser formalizada por termo aditivo.

17.5. A cessão de uso será considerada extinta, independentemente de ato formal, com a imediata retomada do imóvel pela Administração, sem direito à indenização, inclusive por benfeitorias, nas seguintes hipóteses:

17.5.1. utilização do imóvel em finalidade diversa da prevista neste contrato;

17.5.2. inadimplemento de obrigações contratuais;

17.5.3. paralisação ou abandono das atividades;



17.5.4. extinção, liquidação ou falência da CESSIONÁRIA;

17.5.5. necessidade do imóvel para uso próprio da Administração, devidamente justificada.

17.6. A perda das condições de habilitação exigidas na contratação direta constitui motivo para extinção contratual.

17.7. Encerrada a cessão de uso, a CESSIONÁRIA deverá desocupar o imóvel no prazo máximo de 30 (trinta) dias, restituindo-o nas condições estabelecidas neste contrato.

17.8. O atraso na desocupação do imóvel sujeitará a CESSIONÁRIA ao pagamento de multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), sem prejuízo da adoção de medidas administrativas para desocupação e ressarcimento de eventuais prejuízos.

17.9. A Administração poderá promover a remoção de bens deixados no local, às expensas da CESSIONÁRIA.

17.10. A cessão de uso possui caráter precário, podendo ser extinta a qualquer tempo, mediante decisão motivada da Administração, em razão de interesse público.

17.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

17.11.1. levantamento das obrigações cumpridas e pendentes;

17.11.2. apuração de valores devidos;

17.11.3. apuração de eventuais indenizações e penalidades.

17.12. O contrato poderá ser extinto caso se verifique a existência de vínculo indevido entre a CESSIONÁRIA e agentes públicos envolvidos na contratação ou fiscalização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber à natureza da cessão de uso.

18.2. As alterações poderão envolver, entre outros aspectos, a adequação da área cedida, das condições de uso, da forma de execução ou do valor da remuneração, desde que devidamente justificadas e demonstrada a manutenção do interesse público.

18.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, previamente submetido à análise jurídica, salvo nos casos em que possam ser realizados por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A presente contratação possui natureza de contrato de receita, não implicando dispêndio direto de recursos orçamentários pela Administração, sendo assegurada a percepção de valores decorrentes da cessão onerosa do bem público, nos termos definidos neste contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas federais aplicáveis às contratações públicas e, subsidiariamente, pelos princípios gerais do direito administrativo e, no que couber, pelas disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da referida Lei, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



Rio de Janeiro, na data da assinatura.

LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Ordenador de Despesas

VICTOR ARANHA COPPOLA
Representante

